

## A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO JUDICIÁRIO

Maria Altair Pretto<sup>1</sup>  
Jackeline Pretto Trilha<sup>2</sup>  
Rafael Afonso Thomaz<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo compreender a importância do psicólogo no judiciário, ressaltando suas contribuições e áreas de atuação dentro da Psicologia Jurídica. Além do mais visa entender o que é a Psicologia jurídica e como ela se inter-relaciona com o Direito, revelando suas definições e seu percurso histórico. Ao longo do presente estudo, mostra-se como a Psicologia influencia no Direito, e como o Direito ao mesmo tempo, necessita da Psicologia, mostrando a interdisciplinaridade entre essas duas áreas. O psicólogo no judiciário assume um papel de grande relevância, uma vez que se torna elo entre a compreensão do comportamento humano e a tomada de decisão dos magistrados em diferentes casos judiciais, sendo sua presença indispensável excepcionalmente no Direito da Família. O método utilizado para a realização do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase em teóricos que abordam a temática aqui explicitada. Os resultados mostram o quanto o psicólogo judicial é indispensável para a área do Direito na atualidade, tendo sua atuação em diferentes áreas no sistema judicial.

**Palavras-chave:** Psicólogo. Judiciário. Psicologia Jurídica.

### INTRODUÇÃO

A Psicologia Jurídica é uma área relativamente jovem no cenário brasileiro, sendo uma das especialidades emergentes da Psicologia que vem ganhando cada vez mais espaço, notoriedade e importância no cenário judicial. Normalmente os psicólogos que atuam nesta área especificamente já possuem uma considerável bagagem profissional, tendo a capacidade, habilidades e competências para atuar juridicamente, auxiliando juízes, promotores e advogados em suas tomadas de decisões.

O psicólogo que atua na esfera jurídica, tem a importante função de contribuir para a efetivação e compreensão da mente humana em diferentes situações, atuando na busca de possibilidades para o bem-estar e recuperação do indivíduo. Além do que o psicólogo auxilia na compreensão e elucidação de determinados casos através de laudos psicológicos. No âmbito

---

<sup>1</sup>Bacharel em Psicologia pela SETREM- Faculdade de Três de Maio.

<sup>2</sup>Graduanda de Direito na FEMA, Faculdades Integradas Machado de Assis.

<sup>3</sup>Bacharel em Psicologia na ATITUS Educação.

judiciário, o psicólogo assume um papel importante na resolução e compreensão de diferentes fatos, especialmente em casos relacionados ao Direito da Família, como adoção, processo de decisão de guarda dos filhos, separações litigiosas, entre outros processos, pois é a partir das suas técnicas e habilidades que se minimizam o número de erros, visto que tais processos envolvem mudanças de vidas e podem repercutir no psicológico dos envolvidos.

Tendo em vista que as publicações sobre esse tema ainda são diminutas, especialmente aquelas que abordam o perfil da Psicologia Jurídica no Brasil, surge a problemática desse estudo: Qual a importância e contribuições do psicólogo no meio jurídico?

O psicólogo no âmbito judiciário desempenha a importante função de orientar a decisão dos juízes através de laudos psicológicos e ajudar as pessoas que estão passando por processos e situações que exigem maior dinamicidade e envolve questões emocionais, necessitando de uma reflexão que leve em conta os dois lados envolvidos.

A Psicologia Jurídica compreende uma junção da Psicologia com o ramo do Direito, na busca de encontrar soluções para questões e situações que exigem uma imparcialidade, buscando o bem-estar mental dos envolvidos nas ações judiciais. Nos processos e ações judiciais que precisam de intervenção psicológica nem sempre se leva em consideração apenas a racionalidade dos fatos, mas também as questões psicológicas e emocionais para auxiliar os juízes na tomada de decisões. 185

Na busca de melhor entender sobre a importância dessa especialidade da Psicologia, o presente estudo tem como objetivo geral identificar a importância do psicólogo no judiciário e compreender quais são as suas principais demandas e desafios na atualidade nessa área específica. Os objetivos específicos são: conhecer brevemente a história e definições da Psicologia Jurídica no Brasil; fazer uma conceituação dessa especialidade da Psicologia em interface com o Direito; entender a importância, contribuições e áreas de atuação do psicólogo no judiciário brasileiro.

A relevância desse tema é justificada pelo fato de, apesar de ser crescente a junção da Psicologia nas diferentes áreas do Direito, ainda há um déficit no número de estudos acadêmicos a respeito da Psicologia Jurídica no Brasil. Sem mencionar, que a presença dos psicólogos jurídicos no sistema judiciário não se limite à letra fria dos códigos que regem o Direito, sendo de grande importância para o entendimento e compreensão do contexto em que

o indivíduo que está sofrendo sanções da lei está inserido, e qual é o motivo subjetivo que o levou a ter que cumprir aquela sanção.

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, através da revisão de literatura baseada em diferentes teóricos que abordam o tema aqui em discussão. As leituras foram feitas a partir de artigos, livros, periódicos, teses e dissertações encontradas em sites como o *Google Acadêmico* e o *SciELO*.

## I. PSICOLOGIA JURÍDICA- PERCURSOS E DEFINIÇÕES

A Psicologia Jurídica é uma das especialidades da Psicologia que se liga ao Direito na busca de compreender e explicar as imprevisões do comportamento humano em determinadas situações de ordem jurídica.

No âmbito da área judicial, a Psicologia busca analisar de maneira mais profunda a relação entre o ser humano e a verdade, de maneira a valorizar a prevalência da verdade a partir de determinados comportamentos e práticas sociais e assim, correlacioná-las ao cotidiano das pessoas (ELOY, 2012).nesse sentido, a Psicologia Jurídica se apresenta como um campo de investigação do psicológico humano, cujo objetivo é compreender o comportamentos dos atores envolvidos no contexto do Direito, da Justiça e da Lei, buscando a correspondência entre a verdade e o comportamento.

186

De acordo com Fiorelli (2006, p.11), “a Psicologia apresenta-se como um instrumento de extraordinário valor para o profissional que se dedica ao Direito (advogado, promotor, juiz) porque lança luzes a respeito da compreensão das forças interiores que movem os indivíduos”.

A Psicologia Jurídica se configura como uma ponte entre a Psicologia e o Direito, fazendo correlações importantes entre os conhecimentos dessa duas áreas, estudando o comportamento do ser humano e as relações das pessoas com a justiça de forma mais ampla, dinâmica e contextualizada. Não se trata somente de leis duras e frias, mas também da compreensão dos motivos e comportamentos que estão envolvidos em determinados atos infracionais ou que necessitam de uma decisão do judiciário.

Segundo Jesus (2006, p. 46), “a Psicologia Jurídica constitui-se de um campo de investigação psicológico especializado, cuja finalidade é o estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito, da lei e da justiça”.

Os primeiros registros da Psicologia jurídica no Brasil são inconclusivos, pois não há um marco histórico que demarque seu início por aqui. No tocante a história geral dessa especialidade da Psicologia:

A história nos mostra que a primeira aproximação da Psicologia com o Direito ocorreu no final do século XIX e fez surgir o que se denominou “psicologia do testemunho”. Esta tinha como objetivo verificar, através do estudo experimental dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico. [...] Esta fase inicial foi muito influenciada pelo ideário positivista, importante nesta época, que privilegiava o método científico empregado pelas ciências naturais (Altoé, 2001).

A difusão entre Direito e Psicologia foi, com o passar do tempo, cada vez mais se aperfeiçoando e deixou de se limitar somente a laudos frios e racionais que “diagnosticavam” o grau de verdade nos testemunhos em tribunais e passou a ser uma importante ferramenta para estudar o comportamento, não apenas do indivíduo envolvido na demanda judicial, mas também, o comportamento daqueles que convivem com ele e as circunstâncias que fazem parte do seu contexto histórico.

Os novos delineamentos sobre essa interação entre a Psicologia e o Direito, retira o Direito da análise fria da lei e proporciona o encontro com o a ciência do ser, que é a Psicologia, passando a ser levado em consideração todo o contexto em que aquele indivíduo está inserido e os reflexos de uma decisão jurídica para a sua vida no futuro. Nesse sentido, segundo Rovinski (2004, p. 13), “Psicologia e Direito, mesmo constituindo-se disciplinas distintas, possuem como ponto de intersecção o interesse pelo comportamento humano”. Sendo assim, essas duas áreas convergem-se na preocupação de entender e analisar a conduta humana, ou seja, como explicar determinada atitude de um indivíduo para, a partir de então, chegar a uma conclusão que seja a decisão mais acertada possível, ou a menos danosa, para aquela pessoa. 187

O início da atuação dos psicólogos frente ao judiciário brasileiro, aconteceu nos anos de 1960, mas não de forma linear e definitiva, e sim gradualmente ao longo do tempo, e vem se desenvolvendo e ganhando espaço ainda nos dias atuais. Isso acontece porque a Psicologia Jurídica ainda é pouco explorada pelos profissionais da Psicologia, seja por desconhecimento dessa especialidade e sua interdisciplinaridade com o Direito, seja por desconhecer as áreas de atuação.

A relação entre os saberes construídos pela Psicologia, o Direito e as práticas judiciárias é muito antiga, mas ainda pouco conhecida no Brasil. A partir da complexidade com que foram se constituindo as regras de convivência humana, as bases da lei foram se complexificando e absorvendo cada vez mais contribuições dos diversos campos do saber (CESCA, 2004, p. 41).

Para Silva (2003), da evolução conjunta do Direito com a Psicologia resulta, então, a Psicologia Jurídica, que se configura como sendo a área apropriada para abarcar as questões envolvidas entre essas duas vertentes: Justiça e Comportamento Humano. Nesse sentido, os psicólogos que atuam na Psicologia Jurídica, estão aptos a dirimir controvérsias no campo da Psicologia e trazidas ao judiciário, no que se refere aos conflitos emocionais e comportamentais, por meio de laudos e pareceres que servem de instrumentos indispensáveis para que o juiz possa aplicar a justiça de maneira mais ampla e segura.

A Psicologia Jurídica, enquanto ciência autônoma, produz diversos conhecimentos que se relacionam com os conhecimento produzidos pelo Direito, incorrendo numa interseção entre ambos. Portanto, há um diálogo, uma interação entre essas duas áreas que se difundem na busca de compreender os contextos que estão interligados em determinados comportamentos, tendo-se assim o respaldo psicológico que pode auxiliar o juiz na tomada de decisão, uma vez que ele não irá analisar o fato apenas sob a ótica racionais das leis.

A Psicologia Jurídica oferece ao psicólogo diferentes linhas de atuação, cada uma tendo uma especificidade e um campo de atuação bem definidos. Nesse sentido, a Psicologia passa a ter papel de fundamental importância nos ditames da justiça, uma vez que, por meio da confecção de laudos informativos de avaliação, apresenta aos magistrados as evoluções do acompanhado psicológico de um determinado indivíduo, indicando até mecanismos para a satisfação das necessidades de cada particular, mas nunca interferindo naquilo que cabe exclusivamente ao magistrado: decidir a aplicação da pena.

Na Psicologia Jurídica, o psicólogo exerce o papel de avaliador, acompanhando e apresentando dados para auxiliar o juiz na sua tomada de decisão, mas nunca como um influenciador na decisão do juiz, uma vez que ele necessita ser totalmente imparcial nas suas avaliações, jamais visando influenciar nenhuma das partes envolvidas.

Para melhor compreender a importância do psicólogo da Psicologia Jurídica, faz-se necessário compreender suas áreas de atuação dentro dessa recente especialidade e como essa atuação impacta na tomada de decisões judiciais.

## 1.2 As áreas de atuação e importância do psicólogo no âmbito judicial

Comumente a atuação do psicólogo jurídico está direcionada especialmente à ações de interdição, anulação de casamento, guarda de menores, regulamentação de visitas, perda do poder familiar, separação conjugal, pensão alimentícia, verificação de validade de ato jurídico, contratual e testamentária, entre outros. Sempre estando mais ligado à questões relacionadas as famílias que estão passando por alguma demanda judicial, e precisam de uma avaliação psicológica para melhor direcionar a decisão do juiz, sem ter prejuízo para nenhuma das partes envolvidas.

O psicólogo jurídico normalmente tem a sua atuação voltada para a produção de relatórios, pareceres e avaliações psicológicas dos indivíduos envolvidos nas demandas judiciais, tendo a liberdade, inclusive de indicar qual seria a solução para o conflito em questão, o que não pode ser confundido, contudo, com influência na decisão judicial final, sendo este o papel do juiz que está no caso.

Atualmente dentre as principais áreas de atuação do psicólogo no âmbito jurídico, destacam-se o: Direito de Família, Direito da Infância e Juventude, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho (FRANÇA, 2004; LAGO et al., 2009).

Dentre as citadas áreas de atuação, no Direito de Família, a atuação do psicólogo se dá principalmente em processos de separação e divórcio, disputa de guarda e regulamentação de visitas dos filhos menores, onde o psicólogo faz todo um levantamento e acompanhamento com os envolvidos, levando em conta em seu parecer todo o contexto que envolve as partes em questão a fim de levantar dados suficientes para auxiliar o juiz em sua tomada de decisões baseadas em questões não apenas racionais, mas também psicológicas. No Direito da Infância e Juventude, a atuação do psicólogo se dá junto aos processos de adoção e destituição de poder familiar e também no desenvolvimento e aplicação de medidas socioeducativas de adolescentes autores de ato infracional; No Direito Civil, o psicólogo atua nos processos em que são requeridas indenizações por danos psíquicos e em casos de interdição judicial e nomeação de curador; No Direito Penal, pode ser solicitado a atuar como perito para averiguação de periculosidade, de condições de discernimento ou sanidade mental das partes em litígio ou em julgamento, como, por exemplo, no cometimento de um crime; No Direito do Trabalho, as

avaliações realizadas objetivam identificar o nexo causal entre as condições de trabalho e sua repercussão na saúde mental do indivíduo (LAGO et al., 2009).

Segundo Lago et al (2009) o predomínio do trabalho do psicólogo no sistema judiciário, vem abrindo novos espaço para diferentes demandas às quais esse profissional necessita estar aberto e preparado para responder. De acordo com França (2004), a interface da Psicologia com o Direito, resulta ainda em encontros e desencontros epistemológicos e conceituais os quais atravessam e redefinem a cada dia a atuação do psicólogo frente as interfaces da justiça, impondo a necessidade de constante aprimoramento e melhorias em seu instrumental técnico-operativo, permitindo avaliações mais amplas e completas a partir de competências e habilidades fundamentadas.

Nesse sentido a ampla possibilidade de atuação dos psicólogos no campo jurídico tem impostos novos desafios, que com, a crescente diversidade de questões e complexidade para seu entendimento, exigem que estes profissionais estejam cada vez mais preparados para atender as diferentes demandas sociais, podendo atuar em distintos contextos (ROVINSKI, 2004; CRUZ, 2009; PIZZOL, 2009).

De acordo com Carvalho e Miranda (2008), além das já citadas atividades no meio jurídico, o psicólogo pode atuar na mediação de conflitos, reuniões interdisciplinares, grupos de pais e adolescentes em conflito com a lei, orientação a familiares de apenados, grupos com sujeitos em cumprimento de pena e envolvidos com dependência química, grupo de crianças e adolescentes abrigados, plantão psicológico na Delegacia do Adolescente, entre algumas outras. Percebe-se assim, que o psicólogo jurídico tem um amplo campo de atuação, podendo ser figura elementar para auxiliar o sistema judiciário na tomada de decisões e na mediação de conflitos. Sendo assim, o psicólogo jurídico tem um papel de grande importância dentro do sistema judiciário, pois auxilia os juízes a terem uma noção mais concreta acerca dos conflitos, emoções e comportamentos humanos envolvidos em determinados processos e situações.

A atuação do psicólogo em processos de decisão jurídica está marcada pelo seu caráter multidisciplinar, e é uma prática cada vez mais reconhecida n sociedade atual. Portanto, é preciso investir na capacitação dos profissionais que pretendem atuar n sistema judiciário tornando-os cada vez mais preparados para atuarem nesta área tão delicada.

Dentre as áreas de atuação do psicólogo no sistema jurídico, destaca-se também a psicologia forense, que usa o conhecimento psicológico em determinadas situações de processo ou procedimento em andamento no Foro. Segundo Ferreira (1999, apud SHINE, 2005), o termo forense significa “respeitante ao foro judicial”, ou seja, essa terminologia é utilizada apenas para o âmbito jurídico. Nesse sentido, a psicologia forense é uma das subáreas da Psicologia Jurídica. Assim, a psicologia forense aplicar os conhecimentos psicológicos a serviço do Direito, buscando estudar as questões criminais, onde os psicólogos atuam analisando o perfil psicológico dos criminosos ou das crianças e dos adolescentes infratores e sua conduta que ligava a seus atos. O psicólogo forense exerce o papel de auxiliar de maneira legal o poder judiciário, nesse caso sua avaliação é indispensável para a tomada de decisão do magistrado (ELOY, 2007).

Tendo em vista tudo que já abordado acerca da Psicologia Jurídica, percebe-se que no contexto atual a atuação do psicólogo assume um papel de grande relevância em diferentes âmbitos no Direito, auxiliando juízes, promotores, advogados a exercer a justiça com maior respaldo legal, de maneira mais ampla e contextualizada conforme os comportamentos psicológicos, evitando-se assim prejuízos a mentalidade dos envolvidos em questões conflituosas.

191

É imprescindível que o psicólogo atue em sintonia com juízes e promotores, objetivando a melhor decisão para os envolvidos nas causas judiciais, especialmente quando envolvem crianças. Dessa forma, percebe-se também que é de responsabilidade do psicólogo acompanhar e auxiliar quem procure por seus serviços na nova concepção da psicologia jurídica, quando seu trabalho tem sido também o de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação a cada caso atendido nos diversos setores do sistema judiciário.

Segundo Eloy (2007) a função do psicólogo na área jurídica, especialmente no Direito Familiar, é assessorar os magistrados na tomada de decisões judiciais, fazendo leituras, apresentando laudos, valendo-se de diferentes técnicas que mostrem o comportamento dos envolvidos, como entrevistas individuais e em grupos, bem como entrevistas com as crianças com a utilização da forma lúdica possibilitando análise da verdade nas práticas judiciais.

O trabalho do Psicólogo Jurídico não é apenas um trabalho voltado às avaliações e pareceres, mas uma tarefa de resgate aos valores, vivências e transmissão de experiências. Não é terapia aos dissociados, mas sequência de atividades terapêuticas



para homens e mulheres que experimentaram a vida do crime e têm dificuldades em evitar as infrações, especialmente em relação ao uso de álcool e drogas. E mais que isto, é fortalecer os laços que unem o homem a seu mundo familiar e social, contribuindo para que este incorpore o respeito e conservação do mundo de valores dessa sociedade (BERNARDINI, 2007, p. 48).

Assim, o papel e importância do psicólogo jurídico é de extrema significância na atualidade, pois é a partir de seus pareceres, análises e observações que o juiz pode tomar determinada decisão, visando não apenas a aplicação da lei em si, dura e fria, mas considerando todo o contexto envolvido por traz das diferentes situações.

O psicólogo jurídico tem uma importância muito grande em diferentes ramos do Direito, oferecendo novas possibilidades para o sistema judiciário analisar os casos jurídicos sob novas óticas, a partir das contribuições da Psicologia. Nesse caso, este profissional, utiliza de seus conhecimentos para melhor compreender o comportamento humano, e os coloca a serviço do juiz, onde o mesmo então vai julgar e avaliar os aspectos relevantes que serão utilizados em algumas ações, com o conhecimento da realidade psicológica dos envolvidos nessas ações assessorando o seu julgamento da melhor forma possível.

Em suma, a atuação do psicólogo jurídico tem uma relevância fundamental em diferentes áreas do Direito, assessorando e monitorando o comportamento dos envolvidos nos processos judiciais, auxiliando assim, os magistrados a definirem suas estratégias para julgar determinados casos. 192

O psicólogo jurídico, é especialmente importante no Direito da Família em suas diferentes vertentes, sendo figura indispensável em casos de divórcio litigioso, decisão de guarda, adoção, no trato com crianças e adolescentes infratores, entre alguns outros.

Sendo assim, no âmbito da Psicologia Jurídica, o psicólogo exerce um papel de grande importância judiciário, auxiliando na resolução de diferentes casos judiciais, contribuindo para uma visão mais ampla do Direito em relação aos distintos comportamentos envolvidos nas questões a serem julgadas.

## CONCLUSÃO

A partir de tudo que apresentado ao longo do presente estudo, foi possível concluir o quanto o psicólogo é importante no sistema judiciário na atualidade, sendo presença

indispensável em diversos casos específicos, especialmente nos casos do Direito da Família, onde sua atuação é decisiva na tomada de decisão dos magistrados.

Explicitou-se o que é Psicologia Jurídica e sua tamanha abrangência, notadamente sua imprescindível relação com o Direito e as várias maneiras de atuar em conjunto com a justiça. Ressaltando ainda seu percurso histórico e surgimento no sistema judiciário brasileiro. Percebe-se essa área específica da Psicologia, está presente em diversos ramos do Direito, sendo de grande importância para a definição e resolução de vários casos e questões judiciais.

Constatou-se que o trabalho do psicólogo no judiciário é de extrema relevância, sendo capaz de influenciar positivamente na tomada de decisões dos magistrados, auxiliando a compreender os motivos e questões por traz de determinados atos, analisados a partir da Psicologia.

A interação entre a Psicologia e o Direito torna mais efetivas as decisões judiciais, pois os trabalhadores do Direito e da Psicologia acabam atuando como coautores em ações conjuntas, a fim de conciliar a aplicação da lei com suas necessidades. Dessa forma as abordagens psicológicas se inter-relacionam a justiça a fim de garantir uma decisão justa para os envolvidos levando-se em conta, não somente a lei em complexidade, mas também os conhecimentos da Psicologia.

193

Assim o psicólogo tem uma importância ímpar no judiciário, uma vez que sua atuação é capaz de abordar as questões da subjetividade humana, as particularidades dos sujeitos e das relações nos problemas psicossociais em favor de decisões judiciais mais assertivas.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sônia. **Atualidade da Psicologia Jurídica**. Instituto de psicologia da UERJ. Disponível em:

[https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1400/psicologia\\_juridica.pdf?sequence=1](https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1400/psicologia_juridica.pdf?sequence=1) acesso em 24 de maio de 2021.

BERNARDINI, Ângela Maria. **A importância da contribuição da Psicologia no resgate da cidadania dos excluídos aprisionados**. In: ROEHRIG, Lidiane Doetzer et al. Caderno de Psicologia Jurídica - Coletânea ConexãoPsi, Curitiba, Unificado, p. 47-49, 2007.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina. **Psicologia Jurídica: temas de aplicação**. Curitiba: Juruá, 2008.

CESCA, Taís Burin. **O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações.** *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 41-46, set./dez. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/MZKbkNhpDwzgVjwQ8PYkhDy/?format=pdf&lang=pt>  
acesso em 24 de maio de 2021.

CRUZ, R. M. (Org.). **Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.** 1 ed. São Paulo: Vetor, 2009.

ELOY, C. B. **A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário.** Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2007.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e Direito: representações judiciais nos casos de abuso sexual na infância.** Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2012.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia Jurídica.** São Paulo: Atlas, 2010.

FRANÇA, Fátima. **Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil.** *Psicologia: teoria e Prática*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 73-80, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a06.pdf> acesso em 25 de maio de 2021.

194

JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à Justiça.** 2. ed. Goiânia: AB, 2006.

LAGO, Vivian Medeiros. et al. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação.** *Estudos de Psicologia*. Campinas. v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Perícia psicológica e social na esfera judicial: aspectos legais e processuais.** 1 ed. São Paulo: Vetor, 2009.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Fundamentos da Perícia Psicológica Forense.** São Paulo: Vetor, 2004.

SHINE, S. **A espada de Salomão: a psicologia e a disputa da guarda de filhos.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.